

OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS NO MUNDO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

POSTMODERN IDEALS IN THE WORLD OF WORK: IMPLICATIONS FOR THE FIELD OF PHYSICAL EDUCATION

IDEAS POSMODERNAS EN EL MUNDO DEL TRABAJO: IMPLICACIONES PARA EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN FÍSICA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-052>

Data de submissão: 06/10/2025

Data de publicação: 06/11/2025

Gabriel Vielmo Gomes

Mestre em Ciências do Movimento Humano e Reabilitação

Instituição: Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria
(CEFD-UFSM)

E-mail: gabrielquarairsbrasil@gmail.com

Maristela da Silva Souza

Doutora em Ciências do Movimento Humano

Instituição: Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria
(CEFD-UFSM)

E-mail: maristela.souza@uol.com.br

RESUMO

Esse artigo objetiva compreender as implicações ao mercado de trabalho e aos trabalhadores da Educação Física decorrente das mudanças do mundo do trabalho.. Sob a perspectiva teórica do Materialismo Histórico e Dialético adotamos a metodologia Crítico-Dialética, elaborando mediações e sínteses com a Educação Física, a partir das categorias de conteúdo, Mundo do Trabalho; Uberização e Pós-modernidade. Como resultados, constatamos que o mercado de trabalho em Educação Física, vem deslocando-se de maneira similar com as proposições inerentes ao modelo Toyotista e da Indústria 4.0, materializando, concretamente, situações que objetivam acentuar as condições de trabalho, além de fragilizar suas relações e pulverizar novas manifestações de trabalho. Concluiu-se que, o mercado de trabalho em Educação Física assume a perspectiva neoliberal, implicando ao labor a efetivação duma visão empreendedora, possibilitando o “fenômeno da uberização” e suas novas formas de trabalho (flexíveis e voláteis).

Palavras-chave: Mundo do Trabalho. Uberização. Pós-Modernismo. Educação Física.

ABSTRACT

This article aims to understand the implications for the job market and physical education professionals resulting from changes in the world of work. From the theoretical perspective of Historical and Dialectical Materialism, we adopted the Critical-Dialectical methodology, developing mediations and syntheses with Physical Education, based on the categories of content: World of Work; Uberization and Postmodernity. As results, we found that the job market in Physical Education is shifting in a similar way to the propositions inherent in the Toyotist model and Industry 4.0, concretely materializing situations that aim to accentuate working conditions, in addition to weakening relationships and spreading new forms of work. It was concluded that the job market in Physical

Education adopts a neoliberal perspective, implying the implementation of an entrepreneurial vision in labor, enabling the "uberization phenomenon" and its new forms of work (flexible and volatile).

Keywords: World of Work. Uberization. Postmodernism. Physical Education.

RESUMEN

Este artículo busca comprender las implicaciones para el mercado laboral y los profesionales de la educación física derivadas de los cambios en el mundo del trabajo. Desde la perspectiva teórica del materialismo histórico y dialéctico, adoptamos la metodología crítico-dialéctica, elaborando mediaciones y síntesis con la educación física, a partir de las categorías temáticas: mundo del trabajo, uberización y posmodernidad. Como resultado, encontramos que el mercado laboral en educación física se ha transformado de manera similar a las propuestas inherentes al modelo Toyota y la Industria 4.0, materializando situaciones que buscan acentuar las condiciones laborales, debilitar las relaciones laborales y difundir nuevas manifestaciones del trabajo. Se concluyó que el mercado laboral en educación física asume una perspectiva neoliberal, lo que implica que el trabajo se implementa con una visión empresarial, posibilitando el fenómeno de la uberización y sus nuevas formas de trabajo (flexibles y volátiles).

Palabras clave: Mundo del Trabajo. Uberización. Posmodernismo. Educación Física.

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos na presente década, o mundo capitalista ainda se encontra enfrentando uma das piores crises de sua história, ocasionada pela eclosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Datada inicialmente no ano de 2007, a referida crise se expandiu por toda economia global, colocando em xeque a lógica de reprodução capitalista, balizada pela constante e insaciável necessidade de expansão do capital (HARVEY, 2011).

Para piorar esse cenário, a pandemia de Coronavírus (COVID-19)¹ por demandar

políticas de isolamento social por um tempo significativo, acabou por acirrar a crise capitalista já em curso, em vista que, ocasionou uma drástica redução da circulação de pessoas e do consumo, além de afetar as atividades da produção industrial, em especial, as operações das pequenas empresas, que no caso brasileiro representam 99% dos estabelecimentos e 52% dos empregos formais (LEITE, 2020).

Contudo, o capitalismo durante a pandemia revelou seu verdadeiro caráter conservador para manter sua lógica. Para isso, reservou políticas distintas através dos Estados, para amenizar os impactos ocasionados pela pandemia, aos empresários e ao mercado destinou grandes volumes de capital, enquanto aos trabalhadores institui-se a legalidade da redução dos salários, além do desemprego, do subemprego e da informalidade e o insuficiente auxílio emergencial. Para Mézáros (2011), o movimento que acompanhamos hoje é classificado como “crise estrutural do sistema do capital como um todo”, prevalecendo a tendência de piora considerável, no sentido de ultrapassar o mundo das finanças, avançando também sobre os domínios da vida social, econômica e cultural.

A partir desse entendimento, nosso estudo se destina a analisar o contexto atual do mundo do trabalho, procurando mostrar o que vem ocorrendo na esfera laboral, bem como as suas consequências, materializadas, atualmente, por uma complexa precarização das condições de vida de grande parte da população, ao mesmo passo que, se constata uma rápida expansão da participação tecnológica nas relações de trabalho e na formatação de novas formas de trabalho.

Dentro desse espectro, a discussão epistemológica ganha sentido crucial, na análise dessas mudanças do mercado de trabalho e suas respectivas consequências para a formação da nova geração de trabalhadores. Por um lado, os intelectuais pós-modernos, posicionam-se favoráveis a adequação aos novos ditames do mercado, enquanto outros estudiosos, objetivam compreender o sentido encoberto nas profecias alardeadas pela revolução 4.0 do século XXI. Nesse bojo, a Educação Física

¹ O novo agente do coronavírus foi descoberto no final de 2019, seus primeiros registros foram identificados na província de Wuhan na China. Segundo o site do ministério da saúde, a doença é causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, onde o acometido pode apresentar um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>.

(EF) não passa desassistida das investidas do capital, ainda que recentes, alguns indícios já orbitam o mercado de trabalho específico da área, no sentido de reordenar as relações e as formatações do trabalho específico da EF.

Dialogando com esse cenário supracitado, nos interessa saber, como tem se apresentado as mudanças promovidas pelos ideários pós-modernos no mundo do trabalho, bem como quais são as implicações para a área da EF. Dessa maneira, assumimos como objetivo a análise dessas alterações do mundo do trabalho no contexto do emprego formal e informal/autônomo da área da EF.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Dentro do âmbito metodológico do presente artigo, lançamos mão da filosofia marxista, como referencial teórico do trabalho, com a intenção de através da mesma, responder o problema levantado, bem como contemplar o objetivo em sua integralidade.

Para Martins e Lavoura (2018), as investigações que elegem o materialismo histórico-dialético (MHD) como estofo metodológico, apresentam a necessidade de compreender e explicar os objetos/fenômenos investigados, tais como eles são essencialmente na prática. Contudo, os autores delimitam que o processo do conhecer, não é fruto do pensamento imediato que captura apenas a aparência dos fenômenos, é fruto da necessidade da investigação que ultrapassa (não nega) o empírico e, que, possibilita a ascensão ao concreto pensado, através do ato abstrativo do pesquisador.

Para tanto, o MHD fundamenta sua concepção partindo que o pensamento é o reflexo da realidade e, que, se constitui pela apreensão subjetiva da realidade objetiva (FRIGOTTO, 2010). Ao mesmo tempo, admite-se que a existência dessa objetividade é independente ao próprio pensamento, cabendo a ele trazer para o plano do conhecimento a dialética real, proveniente duma trama de conflitos, contradições e, que seguem leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. Para isso, a concepção utiliza-se das categorias totalidade, contradição, mediação, ideologia, práxis, entre outras para estruturar suas análises. (FRIGOTTO, 2010).

Tais categorias, se somam as categorias de conteúdo específicas (Mundo do Trabalho; Mercado de Trabalho e Campo de Trabalho em Educação Física; Ideários Pós-Moderno) desse trabalho, aqui empregadas no viés de serem essenciais na compreensão das mediações existentes no plano particular (área da EF) do objeto estudado, oferecendo saber particulares que, também são pautados pela natureza do objeto e pela finalidade do estudo, ou seja, a captura teórico-prática do seu conteúdo (KUENZER, 1998).

Por fim, lançamos o uso da Pesquisa Bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2013), possui a qualidade de abranger a bibliografia já publicada, tendo como pretensão colocar o pesquisador a par do manancial já sistematizado por outros pesquisadores da área, tendo por finalidade de auxiliar na elaboração do referencial teórico das diferentes categorias de estudo e enriquecer as considerações obtidas no transcorrer do trabalho.

2.2 O MUNDO DO TRABALHO: DO TRABALHO ONTOLÓGICO AO FETICHEISMO CONTEMPORÂNEO

O *Trabalho* é uma atividade essencialmente humana, que possibilitou a humanidade desenvolver diferentes hábitos, conhecimentos e técnicas para sua sobrevivência. Para Engels (1876), o *Trabalho* é a condição básica e fundamental da vida humana, que em certo grau forjou o próprio gênero humano. Para o autor, o longo processo de aprendizado, a partir do domínio da natureza pelos homens, por meio do *Trabalho*, possibilitou a ampliação dos seus horizontes e, por conseguinte, levou a novas descobertas nos objetos e nas propriedades antes desconhecidas.

Contudo, o *Trabalho* também possibilitou multiplicar o auxílio entre os indivíduos, mostrando os benefícios da atividade conjunta que, demandava a contribuição dos mesmos para o bem social. Da mesma forma, o *Trabalho* foi responsável pelo auxílio na promoção de diferentes capacidades do homem (cérebro, mão, linguagem) (ENGELS, 1876), além de possibilitar o surgimento de diferentes manifestações laborais como a pesca, a caça, posteriormente, a agricultura, a fiação, a tecelagem, a navegação, o engenho, até a era das tecnologias digitais/computacionais (KOPNIN, 1876).

Entretanto, é com ascensão do capitalismo² que o *Trabalho* vai perder o seu entendimento ontológico, dando espaço a sua manifestação fetichizada. Antunes (2009) delimita que o sistema de metabolismo social do capital, nasce como resultado da divisão social que, demandou a subordinação do estrutural do *Trabalho* ao capital, atendendo, primeiramente, as necessidades da produção mercadológica e da expansão do capital.

Nesse sentido, a partir do século XVIII a organização do trabalho foi alçada à categoria de matéria do conhecimento por parte do capital³, tendo como base a luta política e econômica explícita

² É necessário frizar que diferentes modelos de organização social foram efetivados ao longo da história da humanidade e em razão da limitação desse trabalho não iremos abordá-las. Como sugestão de leitura, para maior compreensão do tema, sugerimos a leitura do livro “O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho” de Prieb (2005), que trata como bastante propriedade do assunto.

³ A saber, grandes modelos de acumulação foram implementados pelo capital nos últimos séculos, o binômio Taylorismo/Fordismo, perdurou hegemônica até os anos 1970, balizados na produção em larga escala, com caráter homogêneo e vertical, na racionalização extrema do tempo de produção, bem como na especialização das atividades desenvolvidas nos ambientes laborais. Pinto (2007), aborda o tema em seu livro “A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo”, onde descreve as características de cada modelo produtivo desenvolvido pelo sistema do capital.

entre o empresariado e os trabalhadores, onde tal conhecimento assegurou a subsistência dos últimos (condições mínimas de saúde, educação e direitos), bem como forjou-se como meio de controle social, econômico e político dos trabalhadores por parte da classe empresarial, visando a manutenção do sistema do capital (PINTO, 2007).

Característica inerente ao sistema expansionista do capital, as crises são os principais vetores para que as grandes revoluções/mudanças aconteçam. Por esse raciocínio, é na virada dos anos 60/70 que o grande capital reformula sua lógica de produzir o vasto arsenal mercadológico contemporâneo, repesando os novos desafios inerentes ao mundo do trabalho atual. Nessa materialidade, surge a organização produtiva Toyotista, marcada pela racionalização flexível, exaltação da subjetividade, polivalência e autonomia dos trabalhadores, como também a valorização do culto ao individualismo (LINHART, 2002 apud KOVÁCS, 2006). Associa-se a esse cenário, o deslocamento da centralidade produtiva de bens duráveis durante o período hegemonizado pelo binômio Taylorista/Fordista, para a crescente expansão do setor dos serviços e de bens de consumo personalizados, além da estrondosa relevância do mercado financeiro que, viabilizaram as novas relações entre as empresas e, em especial, as relações entre as classes sociais contemporâneas.

Tais alterações que rodam o mundo do trabalho atual, também foram as responsáveis pela adaptação morfológica da classe trabalhadora nas últimas décadas. Antunes e Alves (2004) caracterizam essa alteração a partir de tendências na formatação contemporânea da classe trabalhadora, a saber: decréscimo do proletariado industrial (tradicional, manual, especializado e estável); acréscimo do novo proletariado fabril e de serviços (terceirizados, subcontratados, part-time); expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho (principalmente os precarizados); aumento dos assalariados médios (setor dos serviços), resistência de jovens e dos idosos do mercado de trabalho; fomentação do trabalho no terceiro setor; propagação do trabalho domiciliar (Home Office); reconfiguração, tanto de espaço como de tempo de produção, novas regiões produtivas, que se associa ao desenvolvimento de uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão do nível local até o âmbito internacional.

É dentro dessa materialidade histórica, onde a classe trabalhadora é constantemente reconfigurada para atender os imperativos do grande capital, justificada a partir da adoção do receituário neoliberal, bem como pelas teses pós-modernas da era contemporânea. Nesse caminho, no próximo item iremos discorrer sobre com os ideários pós-modernos tem interferido sobre a realidade concreta atual.

2.3 OS IDEÁRIOS PÓS-MODERNOS COMO SUSTENTAÇÃO TEÓRICA DAS NOVAS FORMAS DO TRABALHO

Do ponto de vista histórico, Lavoura (2016) associa três importantes marcos para ascensão dos ideários pós-modernos na contemporaneidade. O primeiro, se apresenta a partir do esgotamento do sistema taylorista/fordista de produção que incidiu, simultaneamente, os países centrais, exigindo uma reestruturação produtiva como resposta estratégica para fins de perpetuação do grande capital. O segundo marco, se deu através da troca do modelo de Estado de bem-estar social, pelo Estado mínimo neoliberal que, empregou políticas de equilíbrio fiscal (por meio de reformas), privatizações e desregulamentação do mercado, elevou o status de centralidade as políticas econômico-sociais. Por fim, a terceira data foi Maio de 1968, onde o acontecimento de cunho cultural, questionou diferentes causas da realidade concreta (morais, subordinação feminina, guerra/armamentos nucleares, ecológicos) e, tinham como denominador comum além da inclinação a esquerda, a “rejeição aos valores tradicionais e hegemônicos daquela época, foi acompanhado por um forte apelo ao *ilimitado desejo individual*” (LAVOURA, 2016, p. 201, grifos do autor), forjaram o ambiente propício para o alavancamento dos ideários pós-modernos na contemporaneidade.

Neste sentido, os ideários pós-modernos objetivam alterar o conteúdo e os elementos teóricos de explicação do real. Para Lyotard (2009), o enfoque principal dos ideários pós-modernos se apresenta a partir do enfoque dos fatos de linguagem, através do pragmatismo, deslocando, por consequência, as coletividades sociais para o culto da grande massa de indivíduos, buscando também, desacreditar a ideia de racionalidade já que apontam a mudança da metalinguagem pela pluralidade de sistemas (formais e axiomáticos).

Contudo, na materialidade do capitalismo que, atualmente se utiliza dessa narrativa teórica para balizar seu modelo de reprodução social, o que se tem efetivado é o agravamento das condições de sobrevivência dos trabalhadores, confeccionando um caminho longo de exploração e desumanização desses sujeitos no interior do sistema do capital, sem a possibilidade real de construir uma alternativa concreta ao sistema atual.

Entretanto, as teses pós-modernas durante os anos 80, tinham como preocupação o anúncio do fim à classe trabalhadora, possibilitada pela efetivação da tendência da automação, o que tornaria marginal o trabalho humano na cadeia produtiva (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020), compreendidas como um caminho sem voltas, desconsiderando todo o cenário de pseudonormalidade imposto pelo sistema do capital à época, materializadas pelo aumento do desemprego, da miséria, da exploração, das opressões, entre outras manifestações que antes de tudo são expressões da crise

estrutural do sistema do capital, travestidas de cruéis e absurdas formas de irracionalismo (PASSINI, 2009).

Porém, as premissas propagandeadas nos anos 80 não se confirmaram durante o transcorrer das décadas seguintes, exigindo dos intelectuais pós-modernos uma nova leitura para explicar a realidade concretizadas no século XXI. Para isso, os autores fazem a defesa de um novo adeus à classe trabalhadora, sob a perspectiva de um suposto declínio do trabalho assalariado e a não viabilidade de reconstrução dos padrões regulamentários legais do emprego anterior (fordismo), restando ao mundo do trabalho o anacronismo das regulamentações protetivas do labor⁴ (FILGUEIRAS; CAVALCANTI, 2020).

Sincronizado, com a realidade materializada pela racionalidade neoliberal, tem se observado atualmente a disseminação em massa do uso e da crescente dependência aos aplicativos e plataformas digitais no mercado de trabalho. Segundo Filgueiras e Cavalcanti (2020), o resultado desse cenário é a negação da natureza assalariada das relações laborais entre as empresas aplicativos e os trabalhadores, sob a ideia que os trabalhadores são clientes que utilizam dos serviços/tecnologias dessas empresas tecnológicas para realização da sua atividade laboral.

Portanto, a racionalidade empregada (pós-moderna) objetiva a relativizar, ou ainda, camuflar as relações de trabalho, agora modernizadas, flexibilizadas, dinâmicas, escondendo o acirramento da exploração dos trabalhadores e a precarização das novas de trabalho, conectadas, num cenário macro na subsunção do trabalho ao grande capital.

Dessa forma, a alternativa organizacional posta em prática hoje, necessita do trabalho humano polivalente e com níveis razoáveis de conhecimento informacional, para que se consiga interagir com os novos aparelhos tecnológicos (PINTO, 2020), indo de encontro a perspectiva de fim à classe trabalhadora. Em outras palavras, o que se tem constado é uma diminuição do trabalho regido por relações trabalhistas mais rígidas (estáveis, plano de carreira, plano de saúde, vales, férias, 13º salário), proliferando o labor flexível que restringe o acesso a benefícios e direitos sobre o labor.

É nesse plano material, que as premissas pós modernas são utilizadas na contemporaneidade, para justificar os irracionalismo que o sistema do capital põe em prática com vistas a perpetuar seu modelo reprodutivo, dessa forma é aceitável o aumento da precarização e da exploração na perspectiva de um futuro melhor para todos.

⁴ Na opinião de Appel-Silva e Biehl (2006), essa flexibilização do trabalho, foi praticada para propiciar as reestruturações tão necessárias a manutenção da ordem capitalista, resultado as novas manifestações de trabalho flexível, sob a ideia de culto as lideranças nas equipes de trabalho, maior responsabilização, “controle”, além do respeito as metas produtivas e rentistas do labor.

2.4 O CAMPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA SUBSUNÇÃO AO CAPITAL

Com o avanço do neoliberalismo no cenário político e o receituário toyotista no âmbito econômico, um vastíssimo processo de reestruturação se efetivou no interior do mundo trabalho. Nozaki (2004), afirma que a EF dentro desse processo em curso, tem se posicionado perifericamente na atual formação dos futuros trabalhadores, já que seus conhecimentos não são considerados importantes na era da tecnologias digitais.

Em relação a formação de profissionais na área específica da EF, pode-se constatar o acompanhamento da lógica de flexibilizar e intensificar o trabalho desses profissionais, já que atualmente a formação específica tem preconizado a divisão curricular dos conhecimentos e da formação (bacharelado e licenciatura), bem como, se percebe um certo incentivo da formação nos bacharéis, onde se propaga a visão empreendedora da área que, hegemonicamente, forma trabalhadores à “sociedade do trabalho precário e do desemprego, ou seja, com vistas à formação de sua empregabilidade, a partir de competências individuais, para disputar as fatias de tal mercado” (NOZAKI, 2004, p. 160).

Esse cenário da EF nos dias de hoje, encontrou guardada no caminho, progressivo, de enxugamento do Estado e de seus serviços operados pela lógica neoliberal nas últimas décadas. Nozaki (2015), aponta que a pulverização das empresas privadas na área da EF (academias de ginástica, empresas ligadas as diferentes manifestações esportivas e de lazer), foi consequência desse reordenamento do Estado na realidade social. Dessa forma, o grande capital, pode influenciar a produção e apropriação dessas manifestações da cultura corporal, colocando à população o papel de consumidores dessas atividades, visando a sua mercadorização e venda das mesmas no mercado (D'AGOSTINI e TITTON, 2015).

Outro fator preponderante nessa evidencia das áreas do bacharelado, justifica-se em decorrência das características dos campos de trabalhos inerente a essa especificidade, materializadas pelas atividades autônomas e liberais, configurando um vasto segmento não organizado no interior da EF, o que facilita o caráter predatório do capital sob o trabalho humano, idealizado numa perspectiva individualista, funcional, com foco na estética e consumo (POCHMANN apud D'AGOSTINI; TITTON, 2015).

2.5 MANIFESTAÇÕES DO TRABALHO NOS ÂMBITOS FORMAIS E INFORMAIS DA CULTURA CORPORAL

A nova conjuntura desenhada pela reestruturação produtiva dos anos 70, desencadeou modificações na força de trabalho, a partir da acumulação flexível operacionalizadas nos setores industriais, quanto no setor de serviços e, por consequência a própria EF (QUELHAS, 2018).

Diante desse cenário, a empregabilidade no exercício profissional na EF, constituídas pelas recentes normativas legais, bem como pelo atual modelo hegemônico do mercado globalizado, tem pregado novos conceitos na organização e no gerenciamento do trabalho contemporâneo, demandando aos trabalhadores a constante necessidade de capacitação e a posse de certos riscos inerentes ao labor, assim, está configurada a recente trajetória do mercado de trabalho da EF. Desse modo, averígua-se que a área tem trilhado um caminho bem semelhante ao mundo do trabalho em geral.

Na opinião de Quelhas (2020), esses novos conceitos trata-se na verdade de um ajustamento do padrão regulatório do trabalho, perante o cenário instável do capitalismo contemporâneo, ofertando aumento da regulação do mercado que, cria uma maior insegurança ao trabalhador e amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de uso, vínculo e remuneração sobre o trabalho. Dessa forma, hoje os empregadores, podem se utilizar de diferentes artifícios na hora de contratar a força de trabalho necessária aos seus negócios, manifestadas, por exemplo, na terceirização total dos funcionários, no emprego dos contratos temporários, utilização dos autônomos, nas pejotizações e nas cooperativas de trabalho (QUELHAS, 2020).

Fonseca; Souza Neto (2020), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, apontavam que no ano de 2014 a área da EF detinham 105 mil os postos de trabalhos formais no país, desse quantitativo, 65% se referia aos professores ligados ao ensino formal da EF, enquanto os demais campos detinham 35% de profissionais com vínculos concretos as empresas. Contudo, esses dados se referem ao ambiente formal, ficando o trabalho informal fora da cobertura desses dados.

É nesse cenário obscuro das novas relações de trabalho do século XXI, que Quelhas (2020) ao analisar o conceito da flexibilidade do trabalho preconizado pelo receituário neoliberal, verificou o emprego desse conceito no segmento fitness, já que o trabalho flexível operacionalizado nesse setor possibilita a oferta de uma vasta gama de produtos a serem comercializados no mercado da EF, possibilitando atender aos gostos e aos diferentes públicos de consumidores. Entretanto, essa situação demanda o uso de uma força de trabalho também flexível, materializadas pelo trabalho em tempo parcial, temporário e com vínculos enfraquecidos entre os sujeitos (trabalhador/empresário),

possibilitando a otimização dos recursos investidos nos processos produtivos, favorecendo os interesses dos capital (QUELHAS, 2020).

O próprio Estado vem operando essas facetas com o objetivo de diminuir os custos com a educação pública. Silva, Gomes e Motta (2020) calculam que mais de 600 mil professores do ensino possuem o contrato temporário como modelo de vínculo com o Estado, tendo uma remuneração menor e uma carga horária superior aos demais colegas concursados. De acordo com os autores, formatos ainda mais precarizados tem surgido na realidade brasileira, como é o caso dos professores eventuais que, não possuem previsão de trabalho, bem como a remuneração que alcançaram ao final do mês, já que só poderão desenvolver suas atividades laborais, caso se tenha demanda por parte da secretaria de educação (SILVA; GOMES; MOTTA, 2020).

De maneira semelhante Frizzo et al. (2018), em estudo sobre a realidade docente na cidade de Pelotas encontrou um quantitativo de 15% de professores contratados temporariamente pelo município, bem como averiguou a complementação de turnos e salários em outras redes de ensino ou em atividades laborais diferentes da docência no ensino formal por parte desses profissionais, visando ter uma renda maior no final do mês. Já Gerez e Bracht (2019) ao averiguar o ensino superior capixaba, encontrou a mesma situação dos professores atuarem em mais de um local de trabalho e, geralmente em regime horista, o que constata a precarização da docência na área da EF.

Nesse contexto do mercado específico da EF, em que cresce a precarização nas relações de trabalho que tem surgido diferentes aplicativos/plataformas tecnológicas, resultantes da revolução 4.0 que, altera os instrumentos de acesso aos postos de trabalho contemporâneos, possibilitando a perpetuação do trabalho ao ditames do grande capital.

Hoje a lógica operacionalizada no mundo do trabalho se configura, hegemonicamente, a partir das recentes formas terceirizadas, intermitentes, informais, associados aos novos conceitos da polivalência, do empreendedorismo, da individualização do trabalho que, se somam a plataformação desse labor, intervindo nos seus meios de efetivar essa atividade humana, delegando maior dependência em relação a tecnologia digital/computacional e alterações no processos de produção, circulação e consumo do trabalho moderno.

Como resultado dessa formula, as inovações tecnológicas atuais tem se voltado para o surgimento de plataformas de trabalho que se voltam à ofertas de serviços e, por consequência, se utilizam do trabalho precário e intensificado para colocar em prática os seus processos produtivos e rentistas.

A plataforma Superprof, assume o discurso de oferecer o suporte online de registro e difusão de anúncios, inclusive de manifestações da cultura corporal, objetivando contatar professores e alunos

a partir das temáticas de interesse, não estabelecendo nenhum vínculo empregatício na execução desses serviços (SUPERPROF, 2021). Outra plataforma do âmbito educacional, é o Profes que oferece a aquisição de conteúdos e serviços (aulas), por meio da disponibilização de perfis e conteúdos dos autônomos associados a plataforma que não possuem qualquer vínculo trabalhista com a ferramenta tecnológica, além de materializar um regime intermitente de trabalho, já que os professores não possuem uma carga horária estabelecida pela empresa (PROFES, 2021).

A GetNinjas, definida como prestadora de serviços de anúncios online e que conecta Contratantes e Prestadores de serviços, também se utiliza do trabalho sem qualquer vínculo em suas operações, oferecendo uma vasta gama de serviços, entre elas atividades ligadas a EF, como aulas de bem-estar, esportivas, recreativas/lazer e de jogos (GETNINJAS, 2021).

Por fim, deixamos uma das plataformas que atuam especificamente nos serviços da área da EF, a saber, a plataforma da Gympass. Em seu leque de possibilidades, a plataforma possibilita a terceirização de locais e de profissionais envolvidos nas suas ofertas, ao mesmo passo que, a força de trabalho utilizadas na operação da plataforma tem por característica ser flexível, sem delimitação de horários de trabalho para seus “parceiros”, estabelecendo, por consequência, o regime laboral intermitente, interligado a demanda de consumo de aulas e de assessoramento por parte dos clientes/alunos da plataforma (GYMPASS, 2021).

Portanto, podemos sintetizar que no âmbito da EF a revolução toyotista, implicou na fragmentação da área e dos seus trabalhadores, enquanto introduzia novos conceitos no cenário do trabalho que, assessorou a concretização da via neoliberal de sociedade que entre tantas coisa, acelerou a mercadorização das diferentes atividades humanas. Em relação ao trabalho, verifica-se a continuação da lógica de precarizar e flexibilizar o labor contemporâneo, imputando aos trabalhadores a necessidade de estarem sempre qualificados para o mercado, em outras palavras, buscas por saídas individuais, através do cenário da empregabilidade, do empreendedorismo e, que na verdade, escondem o viés de responsabilização do sujeito trabalhador sobre o atual cenário de instabilidade do sistema do capital.

Em relação a presença das plataformas/aplicativos atualmente, o que se tem demonstrado é a face mais trágica do trabalho atual. As mesmas, representam a subsunção do trabalho ao capital, assumindo contornos de inovação e possibilidade de trabalho à todos, mas que na verdade é o rebaixamento, ou inexistência das relações trabalhistas, pois os aplicativos são vistos como mediadores da oferta e da procura de serviços, descaracterizando a relação patrão/empregado extinguindo os vínculos, bem como dificulta o acesso aos direitos dos trabalhadores, que apenas recebem pelo trabalho executado (trabalho intermitente e uberizado).

Com vistas a atender essa configuração bárbara do mundo do trabalho, a formação formal geral, com também as qualificações profissionais exigidas tem sido alteradas para se encaixarem na perspectiva compatível com os tempos de hoje. Para tanto, observa-se a exigência de focar no fazer laboral (desempenho de múltiplas tarefas) e priorização de alguns conhecimentos (pragmáticos e utilitaristas) compreendidos como essenciais no atual contexto social (VERENGUER, 2005).

Uma das expressões dessa alternativa educacional, é a Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física (DCNEF), que visa fomentar a formação de professores da área a partir da perspectiva das capacidades/habilidades/competências, promovendo, inclusive a expansão da parcela prática dos cursos no interior da organização curricular, priorizando a aplicação prática dos conhecimentos da cultura corporal, no sentido de forjar “professores competentes” (GOMES, SOUZA, 2021).

Para isso, tem-se como objetivo norteador é a lapidação profissional que se forjem “gestores de si mesmos”, que possam empreender no mercado de trabalho contemporâneo. Portanto, o capital prioriza a formação de “professores de Educação Física com eficiência, imbricados por uma lógica pragmática, técnica, produtiva e empreendedora” (FREITAS; OLIVEIRA; COELHO, 2019, p. 249). Dessa forma, afasta dos futuros professores o processo formativo robusto, numa perspectiva social emancipatória, propagando, por consequência, a formação aligeirada, alienante e pragmática que, está conectada com a crescente exploração dos trabalhadores (GOMES; SOUZA, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as constatações expostas, no decorrer do artigo, pudemos aferir, que no atual momento os determinantes do mundo do trabalho e, por consequência do mercado de trabalho em EF, possui como característica o incentivo a perspectiva pós-moderna neoliberal, desdobrando-se nas noções/ideias individualizadas e fragmentadas que, implica ao ambiente laboral a efetivação da visão empreendedora, ou ainda, a ideia fetichizada do trabalhador ser “patrão de si mesmo”. Associa-se também as mudanças no teor desse trabalho, já que constatou-se a incidência de mudanças nas diretrizes centrais empregando a polivalência, a flexibilização das relações e vínculos trabalhistas, além da precarização das condições de trabalho.

Contudo, a consolidação das tecnologias digitais no interior da sociedade contemporânea, tem reconfigurando as cadeias produtivas, demandando novas formas do trabalho ser concretizado atualmente, proliferando, assim, manifestações como home office, o trabalho digital, o trabalho uberizado, que baseiam-se nos trabalhos temporários e intermitentes, recrutando trabalhadores a partir do nível de demandas comerciais, favorecendo o movimento denominado de “uberização do trabalho”,

onde a atividade laboral carece da dependência desses recursos tecnológicos para se efetivar na realidade contemporânea.

No viés de finalizar esse estudo, concluímos que o avanço tecnológico alcançado pela humanidade, associado a grandiosa revolução toyotista posta em prática nas últimas décadas, possuem o viés instigar a perpetuação da subsunção do trabalho ao sistema do capital, já os mesmos contribuíram para redesenhar os processos produtivos atuais, oferecendo novos conceitos/ditames ao mundo do trabalho, ao mesmo tempo que, possibilitou o rebaixamento das condições formativas e laborais a grande parcela da população no século XXI.

Por fim, reiteramos a necessidade dos trabalhadores se apropriarem do seu papel ímpar na realização do processo produtivo e, demonstrar sua força na época de ataques do grande capital ao trabalho humano. Para isso, é necessário um grande esforço para resistir e lutar contra esse cenário imposto pelo sistema do capital que, na realidade concreta, efetiva uma dupla ofensiva contra aos trabalhadores, já que por um lado nega o acesso aos direitos mais básicos (trabalhistas, segurança social, etc.) e, por outro, acelera o processo de exploração e expropriação de mais-valia sobre o trabalho humano.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. 10 reimp. Ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>.

APPEL-SILVA, M; BIEHL, K. Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. Revista mal-estar e subjetividade, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 518-534, set. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000200011. Acesso em: 10 jul. 2021.

D'AGOSTINI, A; TITTON, M. Educação Física no contexto da crise estrutural do capital e nas mudanças do mundo trabalho: repercussões na formação de professores. In: SOUZA, M. S; RIBAS, J. F. M; CALHEIROS, V. C. (Orgs.). Conhecimento em Educação Física: no movimento das mudanças no mundo do trabalho. Santa Maria: ed. UFSM, 2015. 188 p.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). Revista Trabalho Necessário, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/4239>. Acesso em: 26 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603>.

FILGUEIRAS, V; CAVALCANTE, S. Um novo adeus à classe trabalhadora. In: ANTUNES, R. (Org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 11, p. 159-178.

FONSECA, R. G; SOUZA NETO, S. Educação física, profissionalização e mercado de trabalho: uma análise sobre o projeto profissional. Movimento, Porto Alegre, v. 26, e26024, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/98699/56460>. Acesso em: 15 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.98699>.

FREITAS, R, G; OLIVEIRA, M. R. F; COELHO, H. R. Recentes Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em educação física e disruptura na formação: apontamentos preliminares. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 245-253, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/21959/pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.36453/2318-5104.2019.v17.n1.p245>.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 6, p. 75-100.

FRIZZO, G. et al. Relatório Técnico-Científico: condições de trabalho e vida do professorado de Educação Física na rede Estadual de ensino em Pelotas-RS. março de 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/otpef/files/2018/04/Relat%C3%B3rio-Final-Projeto-EM-no-RS-1.pdf>. Acesso em: 23 de ago de 2021.

GEREZ, A. G; BRACHT, V. As faces da precariedade do trabalho docente e as estratégias de ação de professores de Educação Física atuante no ensino superior privado mercantil. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-23, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e61672/41746>. Acesso em: 10 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e61672>.

GETNINJAS. Conectando quem precisa com quem sabe fazer. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.getnijas.com.br>. Acesso em: 12 set. 2021.

GOMES, G. V; SOUZA, M. S. Formação de professores em educação física pós BNCC. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 858-873, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38854/25256>. Acesso em: 10 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43482>.

GYMPASS. Interessado em ter mais clientes?. 2021. Disponível em: <https://hs.gympass.com/pt/pt-br-referral#FORM>. Acesso em 13 set. 2021.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p.

KOPNIN, P. V. A dialética como lógica e teoria do conhecimento. Trad. Paulo Bezerra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 354 p.

KOVÁCS, I. Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 52, p. 41-65, 2006. Disponível em: [KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. \(org\). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.](https://www.uc.pt/feuc/citecoimbra/Kovacs2006#:~:text=A%20designa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%9Cnovas%20formas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%E2%80%9D%20(NFOT,de%20demo%2D%20cratiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20empresa. Acesso em: 4 mar. 2021.</p></div><div data-bbox=)

LAVOURA, T. N. O ceticismo epistemológico e a agenda pós-moderna: implicações para o trabalho educativo. *Filosofia e Educação* [RFE], Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 194-218, jun./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8646510/14058>. Acesso em: 10 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rfe.v8i2.8646510>.

LEITE, K. C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociologia*, Belo Horizonte, v. 32, e020009, p. 1-18, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v32/1807-0310-psoc-32-e020009.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.

LYOTARD, J. A condição pós-moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 131 p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

MARTINS, L. M; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Acesso em: 12 dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-223.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>.

MÉZÁROS, I. A crise estrutural do capital. Trad. Francisco Raul Cornejo, et al. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011. 158 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus (COVID-19). Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 30 abr. 2020.

NOZAKI, H. T. Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: Mediações da regulamentação da profissão. 2004. 380 p. Tese (Doutor em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/educacao_fisica_artigos/edf_reordenamento_mercado_trabalho.pdf. Acesso em 30 abr. 2021.

NOZAKI, H. T. Trabalho e educação na atualidade: mediações com a Educação Física brasileira. *Educação*, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 183-200, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/13244/pdf>. Acesso em 10 mai. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644413244>.

PINTO, G. A. A indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, R. (Org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Trad. (Murillo van der Laan, Marco Gonsales). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. cap. 13, p. 193-215.

PINTO, G. A. A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRIEB, S. O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 216 p.

PRIEB, S. O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 216 p.

PROFES. Termo de uso. Disponível em: <https://profes.com.br/info/termos-de-uso/>. Acesso em: 14 set. 2021.

QUELHAS, A. A. A proletarização da educação física brasileira no pós-fordismo. In: SOARES M. G; ATHAYDE, P; LARA, L. (Orgs.) Formação profissional e mundo do trabalho. Natal, RN: EDUFRN, 2020. cap. 6, p. 65-78.

SILVA, A. M; GOMES, T. A. M. M; MOTTA, V. C. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. *Cadernos de Educação*, n. 63, p. 137-155, jan./ jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/17406/11983>. Acesso em: 23 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i63.17406>.

SUPERPROF. Encontre o professor perfeito. 2021b. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2021.

VERENGUER, R. C. G. Reestruturação produtiva, relações de trabalho e intervenção profissional. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 4, n. 4, p. 39-54, 2005. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-4-4-2005/art3_edfis4n4.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.